

Seminário Carreira Docente e Políticas para Educação (básica, superior e pós-graduação)

Neste sábado, 17 de maio, das 14h às 18h, na Casa da Ciência da UFRJ
Mais detalhes no site e nos perfis da Adufrj-SSind nas redes sociais, ao longo da semana

www.adufrj.org.br

Adufrj
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

Andes-SN - Ano XIII nº 842 - 12 de maio de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Caravana da Educação leva 2 mil a Brasília

Página 6



Consuni transfere para 5 de junho decisão sobre regulamentação interna da carreira

Adufrj-SSind quer discussão de regras para todas as classes Página 4

Movimento Docente

Escassez de recursos para educação pública impõe limites à carreira

Análise sobre evolução salarial dos docentes revela que as decisões do governo sobre a carreira dos professores visam à redução de gastos com a educação pública. Página 3

Luta por assistência estudantil chega ao Consuni

Marco Fernandes - 08/05/2014

Plenário da última sessão do Conselho Universitário ficou lotado com um ato para exigir a ampliação das políticas de assistência estudantil. Manifestantes saíram do conselho com a promessa de constituição de um grupo de trabalho para discutir o assunto.

Página 4



Andes-SN elege esta semana diretoria com mandato até 2016

Também acontece votação para cargos vagos do CR da Adufrj-SSind

Páginas 8 e 10

ENTREVISTA



Paulo Rizzo, candidato a presidente do Andes-SN

Página 9

PAINEL ADUFRJ

Comissão da Câmara aprova PNE

Página 11

Educação infantil na UFRJ enfrenta dificuldades

Página 12

Comissão da Verdade do Andes-SN vai realizar encontro nacional

Página 5

SEGUNDA PÁGINA

Por melhores condições de trabalho e estudo

Adufrj-SSind reúne-se com reitor e pede informações sobre a infraestrutura da UFRJ

Expansão desordenada da universidade preocupa

No dia 6, a diretoria da Adufrj-SSind reuniu-se com o reitor Carlos Levi. A expansão da UFRJ pós-Reuni sem a devida infraestrutura física e de pessoal foi um dos principais temas do encontro. Os diretores solicitaram informações sobre as condições de trabalho na universidade, com destaque para obras em andamento. Além do número de ingressantes pós-Reune em relação à quantidade de novos professores. A reitoria comprometeu-se a responder ao pedido. Na mesma audiência, Carlos Levi reforçou que a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) não retirou sua proposta de regulamentação interna da carreira docente, como chegou a ser alardeado em alguns Centros, nos últimos dias.



Diretores da Seção Sindical dialogam com reitor Carlos Levi (na cabeceira da mesa) e vice-reitor Antônio Ledo (em primeiro plano, à esquerda), em reunião ocorrida dia 6

Novo outdoor da Adufrj-SSind trata do tema

Coincidentemente, a audiência com o reitor ocorreu poucos dias após a instalação do novo outdoor da Adufrj-SSind, em homenagem ao Dia do Trabalhador, que cobra uma melhor infraestrutura dentro da

UFRJ para que professores, técnicos-administrativos e estudantes desempenhem suas atividades.

A novidade deste painel é a existência de um código QR que, após escaneado pelo aplicativo apropriado do ce-

lular, remete para um perfil criado pela Seção Sindical, no *facebook*. O objetivo da página eletrônica (<https://www.facebook.com/condicoesdetrabalhoufrj>) é estimular a comunidade acadêmica a compartilhar imagens e bre-

ves descrições de problemas encontrados no cotidiano da universidade.

Instalado na lateral do ex-Caneção, zona sul do Rio, o outdoor foi elaborado pelo GT Comunicação e Artes da Adufrj-SSind.



AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site www.adufjrj.org.br. Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para secretaria@adufjrj.org.br.

Plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 15 de maio, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufjrj.org.br.

Agenda

13 e 14 de maio
Eleição para o Andes-SN e para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

15 de maio
Dia Nacional de Luta contra as remoções da Copa

16 a 18 de maio
Reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSS/A) do Andes-SN Brasília (DF)

17 e 18 de maio
Reunião do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS) do Andes-SN Brasília (DF)

24 e 25 de maio
Reunião do Setor das Federais do Andes-SN Brasília (DF)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimariou Rola; André Orioli Paneriras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Esportes Luis Aureliano Imbinha Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PROFESSOR

Economia de recursos é a lógica da carreira federal

Análise sobre a evolução salarial dos docentes doutores em regime de dedicação exclusiva ilustra isso

Proposta do Andes-SN, por sua vez, reconhece trabalho do professor

O governo não escreve isso em lugar algum, mas todos os seus movimentos em relação à carreira dos professores visam à diminuição dos recursos para a educação pública. A tática é promover aumentos (nem tão significativos) para os poucos que estão no topo da carreira e "rifar" os demais segmentos. Se puder dificultar o acesso aos níveis mais altos, melhor ainda, no ponto de vista dos burocratas do Ministério do Planejamento.

Foi assim em 2006, quando da criação da classe dos Associados: automaticamente, todos os aposentados representados como Adjuntos foram jogados para escanteio. E quem estava (está) na ativa precisa galgar, desde então, mais quatro "degraus" para chegar a Titular.

Ao final da greve de 2012, o governo novamente ignorou as reivindicações do movimento docente. Embora tenha acatado uma demanda importante, a dos 13 níveis com a classe de Titular incorporada à carreira, e tendo recuado da proposta de criar mais quatro degraus de "professor sênior", fez o descarte de alguns níveis nas classes mais baixas, precarizou o estágio probatório e criou uma tabela de remuneração aparentemente caótica, mas com uma lógica específica de redução de custos. Também obrigou ao ingresso de todos os professores novos pelo nível inicial, mesmo aqueles portadores do título de mestrado ou doutorado.

Por exemplo, passou a economizar a diferença de vencimento básico entre um Adjunto 1, nível no qual entrava anteriormente um doutor (hoje em R\$ 4.484,99), e um Adjunto-A (denominação dada aos doutores ingressantes), de R\$ 3.804,29. Ou seja, quase R\$ 700 por mês, enquanto durar o estágio probatório, de cada novo efetivo. Em todas as federais.

Disparidades visíveis

Mas não para por aí. O governo criou uma carreira completamente desestruturada. Uma forma de demonstrar a falta de lógica da atual carreira

COMPARAÇÃO CARREIRA ÚNICA ANDES-SN COM PISO ATUAL X CARREIRA ATUAL

PROFESSORES DOUTORES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

DENOMINAÇÃO CARREIRA ATUAL	SALÁRIO	evolução entre níveis	DENOMINAÇÃO CARREIRA ANDES-SN	SALÁRIO	evolução entre níveis	DEFASAGEM*
TITULAR	R\$ 15.956,07	5,96%	13	R\$ 19.160,32	5,00%	20,08%
ASSOCIADO 4/D IV 4	R\$ 15.059,09	3,59%	12	R\$ 18.247,93	5,00%	21,18%
ASSOCIADO 3/D IV 3	R\$ 14.537,51	3,76%	11	R\$ 17.378,98	5,00%	19,55%
ASSOCIADO 2/D IV 2	R\$ 14.010,77	2,99%	10	R\$ 16.551,41	5,00%	18,13%
ASSOCIADO 1/D IV 1	R\$ 13.604,50	31,15%	9	R\$ 15.763,25	5,00%	15,87%
ADJUNTO 4/D III 4	R\$ 10.373,57	3,11%	8	R\$ 15.012,61	5,00%	44,72%
ADJUNTO 3/D III 3	R\$ 10.060,53	3,08%	7	R\$ 14.297,73	5,00%	42,12%
ADJUNTO 2/D III 2	R\$ 9.760,33	2,34%	6	R\$ 13.616,88	5,00%	39,51%
ADJUNTO 1/D III 1	R\$ 9.536,86	8,02%	5	R\$ 12.968,46	5,00%	35,98%
ASSISTENTE 2/D II 2	R\$ 8.828,62	1,01%	4	R\$ 12.350,91	5,00%	39,90%
ASSISTENTE 1/D II 1	R\$ 8.740,03	3,06%	3	R\$ 11.762,78	5,00%	34,59%
ADJUNTO-A 2/D I 1	R\$ 8.480,74	1,63%	2	R\$ 11.202,64	5,00%	32,10%
ADJUNTO-A 1/D I 1	R\$ 8.344,64		1	R\$ 10.669,18		27,86%

* Percentual necessário para o salário atual alcançar o valor da proposta de carreira única do Andes-SN, com piso da atual carreira (R\$ 1.966,67), que hoje equivale à remuneração do professor com regime de 20 horas

é calcular os percentuais entre cada nível. Como exemplo, a tabela desta página mostra a evolução salarial dos professores com doutorado em regime de dedicação exclusiva.

Há disparidades visíveis na promoção (entre classes). De Adjunto 4/D III 4 para Associado 1/D IV 1, há um salto de 31,15%. De Assistente 2/D II 2 para Adjunto 1/D III 1, o aumento é de apenas 8,02%. Já de Associado 4/D IV 4 para Titular, o percentual é ainda menor: 5,96%.

A progressão dentro das próprias classes, embora não apre-

sente nenhum absurdo como na promoção, também não segue nenhuma linha clara. Não há sequer um único percentual coincidente. E diversas diferenças entre os níveis são irrisórias: algumas são inferiores a 2%.

Proposta do Andes-SN segue a lógica de reconhecimento do trabalho docente

Para efeito de comparação, nas colunas à direita, demonstramos como os salários ficariam caso a progressão e promoção seguissem a lógica da carreira construída e

defendida pelo Andes-SN, de 13 níveis, simplesmente numerados. Mesmo com o piso atual imposto pelo governo federal (professor em regime de 20 horas, cujo vencimento básico corresponde a R\$ 1.966,67), a distribuição uniforme dos aumentos percentuais (sempre 5%) da carreira corrige diversas distorções e melhora o salário em todas as situações: que ficam de 15,87% a 44,27% superiores aos atuais. Vale destacar que o piso defendido pelo Andes-SN é o do salário mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estu-

dos Socioeconômicos (Dieese), ou seja, R\$ 2.992,19, em março deste ano.

Nos Adjuntos, segmento mais numeroso dentro da carreira do magistério superior, concentram-se quatro das cinco maiores defasagens entre a proposta de carreira única do Andes-SN e os salários em vigor, mesmo considerando o piso atual do governo: os já referidos 44,27% (para Adjuntos 4); 42,12% (Adjuntos 3); 39,51% (Adjuntos 2); 35,98% (Adjuntos 1). Apenas para Assistentes 2, haveria uma defasagem semelhante (39,90%).

Regulamentação restritiva para alcançar "topo": coincidência ou não?

Como se não bastasse o projeto de governo que não privilegia a educação pública destruindo a carreira docente, na UFRJ há setores dançando conforme a mesma música. Senão, como explicar propostas que impediriam ou dificultariam bastante a ascensão funcional dos professores? Por exemplo, a classe dos Associados (no qual ocor-

re o disparatado salto de 31,15%). Será que o trabalho da categoria não deve ser valorizado de forma plena? Será que o conjunto dos docentes não deve perceber maiores salários?

A reportagem da Adufrj-SSind tentou conseguir junto à Pró-reitoria de Pessoal números atualizados da distribuição dos professores entre as classes, mas não obteve

sucesso. Mas em outubro de 2011, os Associados e Titulares da UFRJ não chegavam a somar nem 30% de toda a categoria, contando ativos e aposentados.

Hoje, com os novos concursos (lembrando: com todos ingressando no nível inicial), tudo leva a crer que o grupo fora das classes superiores deve ter aumentado, proporcionalmente.

Nota da Redação: Anunciamos que seria divulgada nesta edição como ficariam os salários dos professores, conforme a proposta de carreira única do Andes-SN. Mas preferimos mostrar esta comparação entre a carreira atual e a carreira Andes-SN (utilizando o piso da lei em vigor). No site da Adufrj-SSind, os interessados podem conferir como seriam os salários da carreira única proposta pelo Sindicato em todos os regimes de trabalho e com todas as titulações, que utiliza como piso o salário mínimo do Dieese.

CARREIRA DOCENTE

Decisão só em 5 de junho

Todas as comissões permanentes do Conselho Universitário da UFRJ deverão emitir pareceres sobre as propostas de regulamentação interna da progressão e promoção dos professores até 22 de maio

Adufrj-SSind reivindica discussão de regras para todas as classes

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O Conselho Universitário de 8 de maio concluiu que não haverá tempo hábil até o próximo dia 22, prazo anteriormente estipulado, para deliberar sobre as normas de progressão e promoção da carreira docente na UFRJ. Di-

versos conselheiros demonstraram estar pouco esclarecidos com relação às atuais propostas em circulação: uma da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), uma da Comissão de Legislação e Normas (CLN) do próprio colegiado e outra de um grupo de professores do CT (voltada apenas para regulamentar a ascensão à classe dos Titulares). Todas elas podem ser conferidas no site da Adufrj-SSind. A decisão final do Consuni foi transferida para uma sessão extraordinária em 5 de junho.

Foi aprovado pelo conselho



Luciano Coutinho, diretor da Adufrj-SSind

um conjunto de encaminhamentos do Fórum de Decanos e Diretores, apresentado ao plenário pela decana do CCJE, Maria Lucia Werneck. O documento prevê: que todas as comissões permanentes do Consuni avaliem e apresentem pareceres sobre as propostas para progressão em circulação; que outros grupos de professores possam também apresentar suas propostas, tomando como base o texto da CPPD, desde que o façam até 16 de maio; que as comissões permanentes emitam pareceres até o dia 22 de maio; e que os professores que se encontram

na classe de Associado 4 e que já tenham direito à progressão para Titular protocolarem seus documentos nas suas respectivas Unidades. Essa documentação ficará aguardando a decisão do Consuni para, de maneira retroativa, conceder a progressão a quem comprovar o direito.

O professor Luciano Coutinho, da diretoria da Adufrj-SSind, fez uma intervenção no colegiado em nome da Seção Sindical. "É importante que se diga que a progressão não pode estar direcionada só de Associados para Titulares. Há urgência para todos", afirmou.

"Assistência estudantil não é favor, é um direito"

Ato exige ampliação das políticas de apoio aos alunos

Macaé, Xerém, Centro, Praia Vermelha, Fundão. Todos os campi da UFRJ estiveram representados por estudantes no Conselho Universitário. Eles fizeram um ato para exigir a ampliação das políticas de assistência estudantil na universidade. Dentre as principais necessidades, estão a moradia e alimentação. Como resultado dessa mobilização, eles conseguiram a constituição de um grupo de trabalho do Consuni para estudar as demandas e apresentar soluções para serem apreciadas pelo colegiado em 90 dias.

"Assistência estudantil não é favor, é um direito", disparou a conselheira da bancada estudantil, Luiza Foltran. "Até 2016, a meta da UFRJ era abrir 3,6 mil novas vagas (de residência universitária) e hoje nós temos apenas 250. Nós não só não aumentamos, como diminuímos nossa moradia. A UFRJ precisa rever suas metas, porque as que existem estão falidas".

Julio Anselmo, também da bancada discente, esclareceu que "não se trata de negar o que foi realizado" nos últimos anos. Mas, "de 2011 pra cá a demanda por assistência aumentou brutalmente": "A universidade tem que olhar para o futuro, não para o passado. Os problemas estão se acumulando".



Estudantes ocuparam colegiado para cobrar explicações do reitor Levi, principalmente quanto às moradias e aos bandejões



Números

Segundo dados divulgados pelo DCE Mário Prata, hoje a UFRJ possui 50 mil estudantes. E, dentre esses, crescem as demandas por assistência estudantil, fato explicado pelo superintendente de Políticas Estudantis, professor Erickson Almendra: "Identificamos que a política de cotas, associada ao acesso à universidade via Enem/SiSU aumentaram as necessidades de assistência

estudantil. No caso da UFRJ, são destinados R\$ 42 milhões pelo Pnaes (Plano Nacional de Assistência Estudantil), mas a universidade precisa do dobro desses recursos destinados pela União".

Acrescidos a esses R\$ 42 milhões, a UFRJ utilizaria, de seu orçamento, outros R\$ 30 milhões, segundo o superintendente: "Transporte e restaurantes universitários são custeados com recursos próprios. O dinheiro do Pnaes é exclusivo

para o pagamento de bolsas", afirmou Erickson Almendra.

As respostas da reitoria

Carlos Levi afirmou que os módulos pré-fabricados (leia-se contêineres) para a instalação do bandejão da Praia Vermelha devem estar finalizados em dezembro desse ano e que, no início do ano letivo de 2015, o restaurante universitário estará pronto para atender os estudantes daquele campus.

Com relação às demandas de

Macaé, o reitor informou que está "trabalhando com o projeto de um alojamento com 200 unidades". Essa residência estudantil teria, ainda, um restaurante universitário com capacidade para três mil refeições. "A dificuldade é que lá precisamos instalar uma cozinha industrial", disse o reitor, que não precisou uma data para o projeto ficar pronto.

Sobre Xerém, Levi informou que está em curso uma negociação entre a prefeitura de Duque de Caxias e a universidade para cessão do prédio construído pela Petrobrás às margens da BR-040 (Rio-Petrópolis), notícia já antecipada pelo **Jornal da Adufrj** nº 841. Além disso, foi liberada a licença ambiental para mais um prédio, este construído pela UFRJ, que "solucionará", segundo o reitor, os problemas de espaço naquele polo.

Quanto à demanda por bandejão no Centro do Rio, o reitor falou que não há previsão de sua construção. "Acho que podemos caminhar para uma solução conjunta com outras universidades do Rio". Ele, porém, não disse como e nem onde.

Fotos: Marco Fernandes - 08/05/2014

ANDES-SN

Comissão da Verdade realizará encontro nacional



Fotos: Mauro Fernandes - 08-05-2014

Anúncio foi feito em reunião no Rio, dia 8

Da Redação

Um encontro nacional no segundo semestre será realizado pela Comissão da Verdade do Andes-SN. O objetivo da reunião – que será precedida de encontros regionais – é reunir o resultado das investigações sobre o impacto da ditadura na vida dos docentes. O anúncio do evento foi feito na quinta-feira 8, durante reunião da Comissão realizada na Faculdade Nacional de Direito, aqui na UFRJ.

Esse encontro nacional também servirá para consolidar posições na defesa da revisão da Lei da Anistia e da responsabilização criminal de torturadores e dos envolvidos no desaparecimento de perseguidos políticos. Como se sabe, a Lei da Anistia aprovada pelo Congresso em 1979 livra os agentes da repressão política de punições. Essa lei

foi considerada constitucional pelo STF em decisão polêmica.

As conclusões do encontro nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN serão encaminhadas à Comissão Nacional da Verdade que deverá fechar o seu relatório no início de 2015, segundo explicou o coordenador da Comissão, Márcio Antônio de Oliveira.

A reunião de quinta-feira decidiu, ainda, tomar algumas providências para acelerar os seus trabalhos. Uma delas, proposta pelo professor Elídio Borges Marques, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH)/UFRJ e membro da Comissão, foi a da criação de um espaço virtual que permita o compartilhamento de informações. Dados sobre prisões, mortes e expulsão de professores e funcionamento do aparelho repressivo nas universidades serão direcionados para o arquivo na rede.

A Comissão da Verdade do

Andes-SN procura se articular com comissões da verdade de outras entidades. Na reunião de quinta, por exemplo, estavam lá uma representante do Conselho Federal de Serviço Social (Juliana Iglesias) e dois pesquisadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Antônio Brunheira e Amanda Menconi).

As marcas da ditadura na UFRJ

A professora Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, participou da reunião. Luciana representa a Seção Sindical na Comissão da Verdade da UFRJ. A professora destacou a importância das investigações sobre as ações da ditadura nesta universidade, uma das mais visadas pelo regime militar. Ela defendeu “a ampliação e o aprofundamento das discussões sobre a atuação da ditadura civil-militar na UFRJ e as suas marcas até hoje, e do fortalecimento da nossa Comissão da Verdade”.

Operário era alvo

A ditadura mantinha uma estrutura regular de monitoramento dos operários das grandes indústrias do Vale do Paraíba, em

São Paulo, com participação direta da direção das empresas. A informação foi obtida por meio de levantamento feito pelos pesquisadores Amanda Menconi e Antônio Brunheira, do Sindicato dos Metalúrgicos de

São José dos Campos. Na região, estão (ou estavam) instaladas companhias como a Embraer, GM, Philips, uma unidade da Petrobras, Kodak.

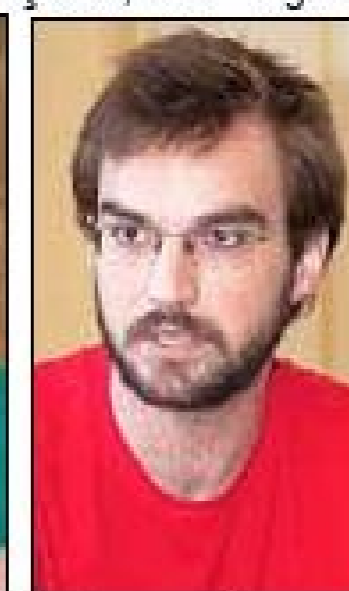
De acordo com as pesquisas de Amanda e Brunheira, a repressão criou o Centro Comunitário de Segurança (Cecose) que reunia representantes das polícias

militar e civil vinculados à repressão política, do Centro de Informação da Aeronáutica, segurança e, em alguns casos, chefes

de recursos humanos das empresas que mantinham uma espécie de index com a lista de trabalhadores visados pela polícia.

Juliana Iglesias, representando o Conselho Federal de Serviço Social,

fez um relato sobre o projeto “Memória e resistência contra a ditadura” desenvolvido pelo órgão. Participaram, ainda, da reunião Antônio Lisboa e Edson Teixeira, da Comissão do Andes-SN, e Lucia Helena, da Seção Sindical da Universidade Federal de Uberlândia.



Pesquisadores Amanda Menconi e Antônio Brunheira

Contra os resquícios de autoritarismo na UFRJ

CLN do Consuni indica que os estudantes são livres para elegerem suas representações nos colegiados

A ditadura acabou há cerca de 30 anos, mas a comunidade acadêmica luta contra seus vestígios na universidade até hoje. A Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário apresentou, no último dia 8, parecer segundo o qual os estudantes devem ser eleitos pelos seus pares nas diversas instâncias e colegiados da UFRJ. O documento foi provocado pela Comissão de Sindicância de um dos processos instalados contra o diretor da

Faculdade de Educação Física e Desportos, Leandro Nogueira. O diretor organizou eleições paralelas e cassou o direito à livre representação e organização autônoma dos alunos daquela Unidade.

Houve intensas manifestações de solidariedade aos estudantes da EEFD. O reitor esclareceu que se tratava de reconhecer a “resolução do CEG que estabelece o princípio de que as representações discentes são de responsabilidade privativa do seu

segmento”. Gabryel Henrici, da bancada estudantil, alertou para o comportamento autoritário e antidemocrático do diretor: “Todas as medidas realizadas pelo Leandro lembram a ditadura militar, que também cassou a voz dos estudantes. A UFRJ não pode, de maneira alguma, ser conivente com suas ações”.

O professor Felipe Acker (Associados do CCMN), porém, pediu vistas ao parecer da CLN, alegando que o documento (que trata de representação

estudantil) abre precedente para a Adufrj-SSind “amanhã querer indicar seus representantes” no Conselho Universitário.

Ato no dia 6 criticou diretor da EEFD

Diante do bandeirão central, dezenas de estudantes da UFRJ foram alertados para a ameaça do autoritarismo no *campus* universitário, dia 6. O ato foi convocado por dirigentes do DCE Mário Prata que acusam o diretor da Unidade, Leandro Nogueira, de

perseguição política ao centro acadêmico daquela Unidade. A manifestação teve a participação da Adufrj-SSind e de um representante dos estudantes que moram no alojamento.

Na ocasião, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, manifestou sua solidariedade aos estudantes da Educação Física. Segundo ele, é essencial a ampliação dos espaços de participação dos alunos e técnicos-administrativos nas instâncias de decisão da universidade.

MOVIMENTO

Caravana da Educação reúne 2 mil pessoas

Trabalhadores do setor e estudantes protestam em frente ao MEC, mas ministro não recebe manifestantes

Ato ocorreu no último dia 6

Andes-SN, Fasubra e Sinasefe, em articulação com a Oposição de Esquerda da UNE e com a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (Anel), realizaram dia 6 a Caravana da Educação Federal em Brasília. Cerca de dois mil manifestantes reuniram-se em frente ao Ministério da Educação (MEC) para protestar por melhorias no setor público e para exigir negociação sobre pautas das categorias. O ministro José Henrique Paim negou-se a receber uma comitiva do ato.

Luiz Antônio Silva, da direção da Fasubra, lembrou que aquele protesto era um recado ao autoritarismo do governo federal, que se nega a negociar e a avançar na pauta da educação federal. Disse também que todos os políticos falam de educação, porém, quando é hora de dar o exemplo, todos deixam a área de lado. Silva afirmou que o movimento da educação estava sendo criminalizado pelo governo e que a hora é de reforçar a luta. "A intransigência e as mentiras do governo vão continuar, e é com a luta que pressionaremos para que as negociações avancem", apontou Luiz Antônio Silva.

Alexandre Fleming, da coordenação geral do Sinasefe, destacou que as bases das categorias da educação querem unidade para pressionar o governo e abrir diálogo sobre as pautas. O diretor do Sinasefe ainda apontou que as condições de trabalho têm piorado muito, e que os salários estão muito corroídos pela inflação e pela falta de reajustes. Fleming disse que os Grupos de Trabalho de sua categoria com o governo não avançaram em nada no último período e que é necessário lutar para modificar as negociações em favor dos trabalhadores.

Marinalva Oliveira, presidenta do Andes-SN, ressaltou a importância da unidade entre as três categorias, e também com os estudantes. Lembrou que o governo quer destruir a educação pública, e que a luta por qualidade, por melhores condições de trabalho e por assistência estudantil é a resposta dos movimentos organizados. "O governo só responde pressiona-



Marinalva Oliveira, do Andes-SN: avanços na Educação dependem da unidade dos trabalhadores

do. Somos nós que construímos diariamente a educação pública nesse país, e temos que continuar nos mobilizando. Só com luta vamos arrancar algo concreto deste governo", concluiu a presidenta do Andes-SN.

Aluna aponta contradição do governo

Camila Souza, da Oposição de Esquerda da UNE, reafirmou o apoio dos estudantes às mobilizações das categorias da

educação federal. Para ela, é uma enorme contradição o governo investir R\$ 30 bilhões na Copa do Mundo e destinar 50% do orçamento da União para pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto se



Servidores de diversas categorias foram a Brasília pressionar o governo. Alunos somaram forças

nega a investir em educação pública e a negociar com os trabalhadores. Ela também fez um chamado à participação no Encontro Nacional de Educação (ENE), que acontece em agosto na cidade do Rio de Janeiro, e na mobilização de 15 de maio (15M). Segundo Camila, a atividade da próxima quinta-feira mostrará ao país que "na Copa vai ter luta".

Lucas Brito, da Anel, apontou que o governo federal escolheu um lado, que é o dos empreiteiros e banqueiros, e não o dos trabalhadores e da educação. Brito reforçou o chamamento para a participação no ENE e no 15M. "Temos que engrossar as lutas para fazer com que haja uma inversão de prioridade nas pautas do governo", afirmou.

Direntes nacionais pressionaram para serem recebidos no MEC, conforme solicitado por ofício na última semana. Porém, o ministro Paim avisou que não se reuniria com os manifestantes, o que gerou uma enorme vaia dos presentes.

Categoria mobilizada em todo o Brasil

Muitos professores, organizados em seções sindicais do Andes-SN, estiveram em Brasília para a atividade. Benedito Magalhães, do Sindicato dos Docentes do Cefet-MG (Sindicet-SSind), disse que a mobilização era necessária, e que ela deve crescer nas bases do movimento docente.

Já Luciano Coutinho, da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind), lembrou que a unidade efetiva das categorias na luta é fundamental para a defesa da educação pública e para enfrentar o governo. Coutinho considerou a manifestação importante por dar visibilidade ao movimento e mostrar que existe disposição dos trabalhadores para negociar.

Suelene Pavão, da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa-SSind), disse ser necessário que o governo escute os trabalhadores para investir de verdade em educação e saúde públicas. A professora ainda lembrou que a precarização do trabalho vem adoecendo a categoria, e que esse problema deve ser combatido o quanto antes. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

MOVIMENTO

Marcha cobra valorização dos servidores públicos

Plenária dos SPF marca mobilizações nos estados em 15 de maio, Dia Internacional de Luta Contra as Remoções promovidas pela Copa do Mundo, e 12 de junho – data do primeiro jogo do campeonato mundial de futebol

Fasubra e Sinasefe arrancam reunião com MPOG e SESu/MEC

Mais de cinco mil trabalhadores marcaram presença no coração de Brasília na Marcha dos Servidores Públicos Federais (SPF) dia 7. A luta por serviços públicos de qualidade, contra as privatizações e pela valorização do funcionalismo federal foram as principais pautas que levaram os manifestantes a enfrentar o forte sol. Eles ocuparam a Esplanada dos Ministérios por toda a manhã.

A concentração para o ato teve início às 9h, em frente à Catedral de Brasília. Aos poucos, chegavam ônibus de todo o país, trazendo servidores das diversas categorias representadas no Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, para exigir seus direitos e protestar contra o descaso do governo federal. Às 11h, começou a Marcha, que fechou pistas da Esplanada e partiu em direção ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Lá, os manifestantes encontraram-se com as delegações de Fasubra e Sinasefe, que, desde a madrugada, trancavam as entradas do ministério, cobrando do governo a abertura de negociação sobre as reivindicações de suas greves.

Marinalva Oliveira, presidente do Andes-SN, falou aos demais servidores sobre os ataques que o governo promove contra o serviço público. Ela lembrou que hoje há uma inversão de prioridades e que o governo investe cada vez mais dinheiro público em esferas privadas. Marinalva ainda apontou que a Marcha era vitoriosa pela mobilização das categorias e que a hora é de intensificar a luta nos locais de trabalho para conseguir pressionar ainda mais o governo federal para que negocie com os SPF.

Paulo Barela, da Secretaria Executiva Nacional da



Marcha, no último dia 7, saiu da Catedral de Brasília até o prédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Marcelo Camargo/Agência Brasil - 07/05/2014



Técnicos-administrativos arrancam reunião com MPOG

CSP-Conlutas, também se dirigiu aos manifestantes. O dirigente afirmou que o governo federal investiu R\$ 34 bilhões na Copa do Mundo, enquanto deixa o serviço público de lado, o que demonstra que “nesse governo, quem ganha são os empresários e a Fifa”. Barela ainda lembrou que o governo tem realizado políticas de isenção fiscal para setores do empresariado, mas segue sem investir nos serviços públicos de qualidade para a população. “É hora de pegarmos o exemplo dos

garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre, e de muitas outras categorias em luta pelo país para unificar nossas lutas e avançar na conquista de direitos”, destacou.

O representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condef), Marizar Mansiglia, saudou os militantes que resistem contra os ataques do governo federal do serviço público. “Esse ato simboliza a nossa arrancada para combater o entreguismo do serviço público por parte da Dilma” afirmou.

Entidades pressionam e são recebidas

Na madrugada de 7 de maio, Fasubra e Sinasefe bloquearam as entradas do bloco C da Esplanada, onde funcionam algumas secretarias do Ministério do Planejamento, entre elas a Secretaria de Relações do Trabalho. A ação serviu para pressionar o governo federal a se reunir com as entidades, que continuam paralisadas: uma comissão formada por coordenadores e representantes dos Comandos Nacionais de Greve foi recebida pelo secretário da SRT/MPOG, Sérgio Mendonça, e pelo secretário de Educação Superior do MEC, Paulo Speller.

Depois de muita conversa, os trabalhadores conseguiram dos representantes do Executivo o compromisso de uma resposta às pautas das categorias num prazo de 15 dias. Uma nova reunião foi agendada para o dia 22 de maio.

De acordo com o informe das entidades, o governo sinalizou que há pouca ‘margem de manobra’ para negociar com os trabalhadores da educação federal, mas que buscava dar retorno até a próxima reunião.

“A vitória de hoje foi um sinal claro de que só a mobilização e o fortalecimento da

greve vai fazer com que sejamos atendidos. Vamos ampliar a nossa luta e assim conseguir com que o governo aumente também sua margem de manobra”, ressaltou Alexandre Fleming, coordenador geral do Sinasefe.

Terminada a ocupação do ministério, Fasubra e Sinasefe juntaram-se à Marcha, que seguiu em direção ao acampamento da Fasubra, na no gramado central da Esplanada em frente ao Museu da República, onde o ato foi encerrado.

Plenária dos SPF

A tarde, os trabalhadores das entidades do Fórum dos SPF se reuniram em plenária, na tenda do acampamento da Fasubra, para avaliar o ato e tirar encaminhamentos para as próximas ações.

Foi aprovado incorporar no calendário dos servidores federais mobilizações nos estados em 15 de maio, Dia Internacional de Luta Contra as Remoções promovidas pela Copa do Mundo, e 12 de junho – data do primeiro jogo do campeonato mundial de futebol. Uma nova reunião do Fórum dos SPF foi agendada para 20 de maio, em Brasília. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

MOVIMENTO

Fortalecendo o Sindicato

Nos dias 13 e 14 de maio (terça-feira e quarta-feira), ocorre a eleição para a diretoria do Andes-SN, gestão 2014-2016. Também haverá votação para cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

São eleitores os sindicalizados até 13 de fevereiro

Mais de 62 mil professores em todo o país poderão participar da escolha da nova diretoria do Andes-SN, que estará à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2014-2016. A votação ocorrerá, através de voto direto e secreto, entre os dias 13 e 14 de maio, nas seções sindicais e secretarias regionais do Sindicato Nacional.

Uma única chapa se inscreveu para o processo eleitoral. A "Andes-SN de luta e pela base" tem como candidato a presidente o professor Paulo Rizzo, da Seção Sindical da UFSC, que já dirigiu o Sindicato Nacional entre 2006 e 2008 (leia entrevista na página 9). Para secretária-geral, o nome é Claudia March, da Adufrj-Seção Sindical; e para tesoureiro, Amauri Fragoso, da Adufrj-Seção Sindical.

No Rio de Janeiro, a Regional do Andes-SN tem como candidato a 1º vice-presidente o professor Luis Acosta, ex-presidente da Adufrj-SSind. O 1º secretário será Guilherme Mota (Asduerj) e o 1º tesoureiro, o professor Wellington Augusto da Silva (Adur-RJ). A nominata completa pode ser conferida em www.andes.org.br.

Participação é fundamental

Segundo o presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), João Ricardo Negrão, a participação da categoria é fundamental para reforçar a legitimidade do processo, para o fortalecimento do Sindicato Nacional e para manter a autonomia e independência do movimento docente.

"Houve um crescimento do número de seções sindicais em relação ao processo eleitoral anterior, mas nem todas estão aptas a realizar a eleição, e há ainda aquelas em que as diretorias fazem oposição ao Andes-SN. Nesses casos, os docentes poderão participar da votação nas urnas disponíveis nas Secretarias Regionais. A expectativa é que tenhamos um processo bastante representativo, nos moldes do anterior", explica o diretor do Andes-SN.

São eleitores os professores sindicalizados ao Andes-SN, na ativa ou aposentados, até 13 de fevereiro de 2014 e que estejam com suas contribuições em dia até 7 de março.

Lembramos que, até o final

do fechamento dessa edição, não foi possível completar todas as mesas das seções. A Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind solicita aos professores

que colaborem na organização da eleição, inscrevendo-se junto à secretaria da Adufrj-SSind (telefone: 3884-0701 ou e-mail: adufjr@adufjr.org.br) para a

composição das mesas eleitorais nos dias e horários sugeridos, de acordo com suas disponibilidades. **(com informações do Andes-SN)**

Eleição para o Conselho da Adufrj-SSind

Na UFRJ, para aproveitar a infraestrutura que será montada para a votação da nova diretoria do Sindicato Nacional, a Adufrj-SSind realizará também a eleição para os cargos vagos do seu Conselho de Representantes.

Candidataram-se, até o prazo final estipulado no edital, os professores: Antonio José Barbosa de Oliveira (da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis), para suplente; Eduardo Gonçal-

ves Serra (da Escola Politécnica), para titular; e Renata Lucia Baptista Flores e Maria Cristina Miranda (ambas do Colégio de Aplicação), também para titulares.

No caso desta votação, são eleitores os docentes sindicalizados até 14 de março que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o Regimento Geral e o Regimento Eleitoral da Seção Sindical.

Ao Conselho de Representantes compete, entre

outras tarefas: discutir e deliberar sobre os assuntos da ordem do dia; deliberar em primeira instância sobre finanças, aprovando ou rejeitando os balanços financeiros anuais da Diretoria; fiscalizar a aplicação das finanças e do patrimônio da entidade; divulgar as atividades da Adufrj-SSind no âmbito de suas Unidades; e implementar ações visando mobilizar a categoria para as programações e lutas da Seção Sindical.

Orientações Gerais

- **Recomenda-se que os docentes eleitores votem, preferencialmente, na seção eleitoral em que sua unidade de lotação esteja indicada no quadro da página 10.** Caso isso não seja possível, o professor poderá votar em trânsito, em qualquer outra seção eleitoral da Adufrj-SSind ou em outra seção sindical do Andes-SN.

- **Caso o nome do docente, ativo ou aposentado, não se encontre na listagem oficial dos eleitores de sua seção eleitoral, o voto deve ser feito em envelope separado, que, após identificação do docente, conferência e confirmação da condição de sindicalizado e eleitor, terá seu voto reunido aos demais, sem identificação, antes da apuração.**

- **Os professores devem apresentar aos mesários, antes de votar, um documento de identificação da instituição a que pertence.**

- **Antes de colocar seu voto na urna, verifique se há no verso a assinatura de pelo menos dois mesários.**

ENTREVISTA/Eleição Andes-SN

PAULO RIZZO/candidato a presidente do Andes-SN

Carreira será um dos temas centrais da próxima gestão

Em entrevista ao *Jornal da Adufrj*, o professor Paulo Rizzo, candidato a presidente do Andes-SN (biênio 2014-2016), apresenta suas ideias para a categoria, com ênfase na defesa da carreira docente

Votação ocorre dias 13 e 14 de maio

Candidato a presidente do Andes-SN (biênio 2014-2016), Paulo Marcos Borges Rizzo nasceu em São Paulo, capital, em 6 de julho de 1953. Graduado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie (1977), fez o mestrado (1993) e doutorado (2013) em Geografia, na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano. Ele é professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC desde 1982.

Atuou no movimento estudantil nas lutas da segunda metade da década de 70. E sua primeira atuação sindical deu-se em 1978, quando lecionava na rede pública no estado de São Paulo. Na UFSC, participou do movimento docente desde o princípio. Foi presidente da Apufsc-Seção Sindical nas gestões 2000-2002 e 2002-2004. E ajudou na reorganização da seção sindical do Andes-SN na UFSC, após a Apufsc ter se desfilado do Sindicato.

Já foi diretor do Andes-SN nas gestões 1990-1992; 1992-94; 2004-2006; e 2006-2008 (como presidente). Na atual (2012 a 2014), exerce as funções de 2º secretário e encarregado de Relações Sindicais.

Na seguinte entrevista ao *Jornal da Adufrj*, Rizzo faz uma breve avaliação das políticas educacionais do governo e destaca o papel do Sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Qual a avaliação sobre as ações do governo em relação à educação pública?

As políticas públicas no Brasil seguem as definições do ajuste fiscal, o qual é determinado, desde a década de 1990, pelas exigências do capital financeiro relativamente à capacidade de endividamento do Estado. Isto é, Saúde, Educação, Seguridade Social, Habitação, Transporte etc. têm sido objetos de crescente descompromisso por parte dos governos e de intensa privatização. No caso do ensino superior, mais de 80% das vagas são oferecidas pelo setor privado, hoje sob intenso processo de monopolização transnacional. No que diz respeito às universidades públicas, o governo trabalha com base no modelo de instituições geradoras de recursos com base na venda de serviços, que o desobrigue do financiamento necessário ao pleno funcionamento das universidades.

Quais são as propostas centrais de sua gestão para o fortalecimento das instituições públicas de ensino?

Para o Andes-SN, conforme definiu seu 33º Congresso, este é o ano da Educação e o Sindicato encontra-se profundamente envolvido, com outras tantas entidades, na preparação de um Encontro Nacional de Educação, em agosto próximo, que faça um contraponto às políticas privatizantes, que congregue forças na defesa de que os recursos fiscais devam ser destinados exclusivamente para a educação pública, na ordem de 10% do PIB. Tal encontro vai ocorrer duas semanas antes da posse da próxima diretoria do Sindicato e nossa expectativa é a de que assumamos a gestão com a luta em defesa da educação pública situada num novo patamar de organização e de mobilização. Teremos que atuar, nos próximos dois anos, articulando a defesa da universidade pública e a defesa da educação pública em todos os níveis. Mas há várias outras coisas relacionadas ao fortalecimento das instituições públicas e uma delas as-



Paulo Rizzo empunha bandeira do Andes-SN durante um ato

“O papel do movimento sindical é o de defender os interesses dos trabalhadores numa sociedade marcada por profundas desigualdades”

sume caráter estratégico para a defesa do modelo de universidade pública que o Andes-SN defende: a carreira docente. Tínhamos uma carreira, conquistada com muita luta na década de 1980, que foi profundamente descaracterizada nos últimos anos, para atender às políticas privatizantes e de expansão sem qualidade. Cremos que esta será questão central no próximo período.

Qual o papel do movimento sindical como força política na sociedade brasileira?

O papel do movimento sindical é o de defender os

interesses dos trabalhadores numa sociedade marcada por profundas desigualdades. Para que isso seja cumprido, faz-se necessário o restabelecimento da independência sindical, da autonomia frente ao governo e aos partidos políticos. Faz-se necessária a reconstrução da unidade da classe trabalhadora, hoje dividida em mais de uma dezena de centrais sindicais. Faz-se necessário unificar todos os setores da classe trabalhadora com os diferentes movimentos sociais existentes no país. Com essas perspectivas, o Andes-SN atua em diversos espaços e integrou-se

à CSP-Conlutas, central que busca reunir os sindicatos e os movimentos sociais.

O senhor já foi presidente do Andes-SN (de 2006 a 2008). Qual o diagnóstico que o senhor faz da mudança de conjuntura, de lá para cá?

Naquele período, o governo, por meio de políticas de incremento ao crédito e de bolsas, conseguia contornar a crise econômica mundial, manter taxas razoáveis de emprego e crescimento do PIB. A situação hoje é diferente: o PIB não cresce, o endividamento das pessoas atinge patamares preocupantes. Naquela época, teve início a expansão do ensino superior com as promessas do Reuni. Agora, as universidades estão convivendo com contingenciamento de recursos e com cortes. Naquela época, aprovava-se a política de cotas, hoje vivemos os cortes na assistência estudantil. Se havia alguma euforia naquele período, hoje não há mais.

Como a eleição é de chapa única, qual a mensagem que o senhor deixa para o docente participar do processo eleitoral?

O programa da chapa está sendo distribuído aos professores. Solicitamos que ele seja lido, debatido e criticado. Nossa mensagem é de chamamento à mobilização. É preciso observar que, para o governo, a próxima negociação salarial será apenas em 2016, quando estiver encerrando o mandato da diretoria que vamos eleger. Nosso objetivo é outro: é obter conquistas e, para isso a mobilização agora é importante. Conclamamos à participação de todos na eleição e pedimos o voto de cada um, não como um cheque em branco, mas como um compromisso de fortalecimento de nosso sindicato e de sua democracia, condição necessária para que os docentes sejam os protagonistas das definições que serão feitas ao longo de nossa gestão. (confira a íntegra da entrevista no site da Adufrj-SSind)

Confira os locais de votação na UFRJ

Nos dias 13 e 14 de maio, haverá eleição para a diretoria do Andes-SN (biênio 2014-2016). A chapa

"Andes-SN de Luta e pela Base" é a única inscrita.

Na UFRJ, para aproveitar a infraestrutura monta-

da para a eleição nacional, a Adufrj-SSind promove a votação para cargos vagos do seu Conselho de Re-

presentantes (na FACC, na Escola Politécnica e no Colégio de Aplicação).

Confira os nomes dos

candidatos e as orientações gerais do processo eleitoral na página 8 desta edição.

Seção Eleitoral	Unidades/departamentos	Local	13 de maio Horário	14 de maio Horário
01 Praia Vermelha 1	Instituto de Economia (IE)	Hall de Entrada do IE	09:30 às 19:30	09:30 às 19:30
	FACC			
02 Praia Vermelha 2	Escola de Serviço Social	Portaria da ESS	09:00 às 13:00	09:00 às 13:00
	Instituto de Psicologia (IP)			
	Instituto de Psiquiatria (IPUB)			
03 Praia Vermelha 3	Faculdade de Educação (FE)	Em frente à escada de acesso à FE	09:00 às 13:00	09:00 às 13:00
	Escola de Comunicação (ECO)		16:00 às 20:00	16:00 às 20:00
04 IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)	Entrada Palácio Interno do IFCS	10:00 às 13:00	10:00 às 13:00
	Instituto de História (IH)		17:30 às 19:30	17:30 às 19:30
05 Direito	Faculdade de Direito (FND)	Sala dos Professores da FND (2º andar)	09:00 às 13:00	09:00 às 13:00
	Observatório do Valongo (OV)		17:00 às 20:30	17:00 às 20:30
06 Música	Escola de Música (EM)	Entrada da Escola de Música	09:00 às 13:00	09:00 às 13:00
07 Museu	Museu Nacional (MN)	Portaria da entrada dos funcionários do MN	12:00 às 13:00	12:00 às 13:00
08 Anna Nery	Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)	Pavilhão de aulas da EEAN	11:00 às 17:00	11:00 às 17:00
	Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA)			
09 HUCFF	Faculdade de Medicina (FM)	Entrada dos professores do HUCFF	08:00 às 09:00	08:00 às 09:00
	Faculdade de Odontologia (FO)	Hall dos elevadores, Subsolo do HUCFF	09:00 às 13:00	09:00 às 13:00
	Instituto de Doenças Torácicas (IDT)			
10 IPPMG	IPPMG	Hall próximo ao refeitório do IPPMG	10:00 às 13:00	10:00 às 13:00
11 IESC	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva	Entrada do IESC	11:00 às 13:00	13:00 às 15:00
12 CCS 1	Faculdade de Farmácia (FF)	Térreo do Bloco A do CCS	09:00 às 15:00	09:00 às 15:00
	Instituto de Biologia (IB)			
13 CCS 2	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF)	Bloco H do CCS	09:00 às 15:00	09:00 às 15:00
	Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)			
	Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes (IMPPPG)			
	Instituto de Nutrição Josué de Castro			
	Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais (NPPN)			
Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES)				
14 Educação Física	Escola de Educação Física (EEFD)	Entrada do prédio da EEFD	10:00 às 14:00	10:00 às 14:00
			17:30 às 20:30	17:30 às 20:30
15 Letras	Faculdade de Letras (FL)	Entrada da Faculdade de Letras	09:00 às 15:00	09:00 às 15:00
			18:00 às 20:00	18:00 às 20:00
16 Reitoria	Escola de Belas Artes (EBA)	Térreo do prédio da Reitoria	09:00 às 15:00	09:00 às 15:00
	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)			
	IPPUR			
	COPPEAD			
17 CT 1	COPPE Blocos F, G e H	Rampa de entrada do Burguesão	11:00 às 15:00	11:00 às 15:00
	Escola Politécnica (POLI) (Blocos F, G e H)			
	Escola de Química (EQ)			
	Instituto de Macromoléculas Professora Eloísa Mano (IMA)			
18 CT 2	COPPE Blocos B, C e D	Sede da ADUFRJ	09:00 às 11:00	09:00 às 11:00
	Escola Politécnica (POLI) (Blocos B, C e D)	Bloco D - Térreo	11:00 às 15:00	11:00 às 15:00
	Instituto de Matemática (IM), exceto Computação	Sede da ADUFRJ	15:00 às 17:30	15:00 às 17:30
19 CCMN 1	Instituto de Física (IF)	Hall do bloco A	10:00 às 14:00	10:00 às 14:00
	Instituto de Química (IQ)			
20 CCMN 2	Instituto de Geociências	Em frente à entrada do Instituto de Geociências	10:00 às 14:00	10:00 às 14:00
	Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE)			
	Instituto de Matemática (IM - Computação)			
21 CAp	Colégio de Aplicação (CAp)	Hall de entrada do auditório	08:00 às 13:00	08:00 às 13:00
		Sala dos Professores	13:00 às 16:00	13:00 às 16:00
22 Macaé	Campus Macaé	Sala dos professores	13:00 às 16:00	Não haverá mesa
23 Xerém	Polo Xerém	Sala dos professores	12:00 às 13:00	Não haverá mesa

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

PNE: Comissão confirma Senado

José Cruz/Agência Brasil - 22/04/2014

O texto do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 foi aprovado na Comissão Especial da Câmara e encaminhado ao plenário da casa (deve ser votado dia 14).

Movimentos e entidades que historicamente defendem a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada consideram que esse PNE aponta, mais uma vez, para a priorização do investimento público na educação privada.

O PNE já havia sido aprovado

no Senado em dezembro de 2013. Na opinião do professor Roberto Leher, em artigo publicado neste jornal, a essência desse PNE “afirma os anseios do setor financeiro que, atualmente, se apropria de vastos domínios dos negócios educacionais”.

No mesmo artigo, Leher previa que “sem mobilização massiva”, a Câmara confirmaria o que foi aprovado no Senado.

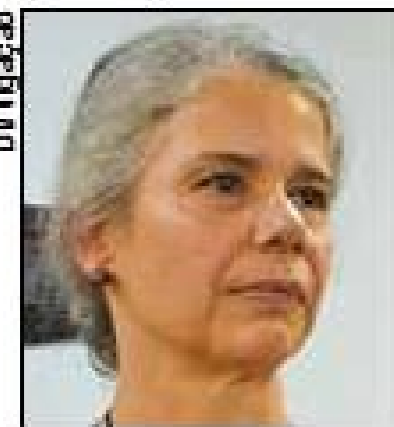
Até a semana passada, a previsão do professor vem se confirmando.



Uma das reuniões da Comissão Especial da Câmara sobre o PNE em 22 de abril

CFCH: eleição na Academia

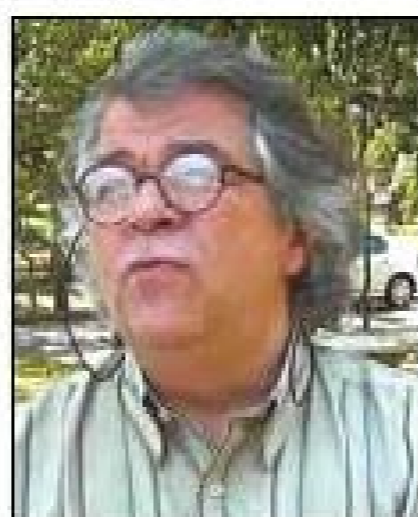
O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) vai às urnas nesta semana. Nos dias 13, 14 e 15 de maio, professores, servidores técnicos-administrativos e estudantes estão aptos a participar da pesquisa eleitoral que elegerá a próxima decana do CFCH. O voto das três categorias terá caráter paritário (peso de 1/3 cada). A professora Lilia Guimarães Pougy, da Escola de Serviço Social (ESS) é candidata única.



Lilia Pougy

Singer e Antunes na UFRJ

André Singer (USP), Ricardo Antunes (Unicamp) (foto), Angelo Soares (Université du Québec à Montreal) e José Paulo Neto, entre outros, são convidados do seminário Identidade e Classe que a pró-reitoria de Pessoal realiza em 20 e 21 de maio no auditório Roxinho.



ibé net

Rodoviários imitam garis

A exemplo dos garis no carnaval, os rodoviários atropelaram a direção pelega do seu sindicato e decidiram pela greve de 24 horas.

Na véspera, o sindicato havia fechado um acordo com os empresários (sob a chancela de Eduardo Paes) muito aquém do que os motoristas pleiteavam.

Professores param

O Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES) do Andes-SN está organizando o Dia Nacional de Luta do ano de 2014 para 28 de maio.

Nessa data, assim como nos anos anteriores, os docentes realizarão mobilizações para cobrar seus direitos aos respectivos governos estaduais e prefeituras.

O foco da campanha do Dia Nacional de Luta desse ano é de defesa do financiamento e autonomia das universidades estaduais e municipais.

Greve

Até o início da noite desta sexta-feira, o Sepe havia confirmado a deflagração da greve dos professores das redes municipal e estadual no Rio de Janeiro.

Megaeventos e democracia

O deputado alemão Wolfgang Kreissl-Dörfler, do Partido Social-Democrata da Alemanha (SDP), fez uma observação relevante nos debates Jornadas Brasil-Alemanha na semana passada.

O parlamentar disse que, no futuro, somente países não democráticos vão sediar megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo.

Segundo ele, em países onde há democracia participativa e direta, a população rejeita os megaeventos através de plebiscitos.

O jornalista Juca Kfoury e o professor Carlos Vainer participaram da conversa sobre as políticas sociais relacionadas aos megaeventos.

O deputado afirmou que projetos grandes, que alteram a infraestrutura e afetam o cotidiano dos países, deveriam ser objeto de consulta popular.



Dilma e o governador da Bahia, Jacques Wagner, na Arena Fonte Nova

ibé net

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



Desafios da educação infantil

Professores relatam dificuldades para antiga creche universitária se consolidar como unidade acadêmica

Não há nenhum docente EBTT concursado

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

“Ensinar para quem não consegue fingir que está gostando” pode não ser para qualquer um. Mas foi encarado como “um desafio” pelo pedagogo e atualmente professor substituto da Escola de Educação Infantil da UFRJ (EEI), Gustavo Sampaio: “Com eles, não têm argumento de nota”, brinca.

Acostumado à pesquisa (foi motivo de sua tese de mestrado na Universidade Federal Fluminense) e ao trabalho de supervisão pedagógica nas creches comunitárias do município de Niterói, Gustavo encarou a experiência prática da sala de aula pela primeira vez na EEI a partir de setembro de 2013. “Uma coisa era orientar; a prática docente cotidiana é outra coisa. Para entreter uma criança (nessa fase), tem que escutar muito e ser bem dinâmico”, completa.

A opção pelos pequenos enfrentou ainda o preconceito por ser homem: “No Brasil, há uma cultura machista que associa a educação infantil à maternidade e ao trabalho doméstico. É preciso reconhecer essa realidade até para não naturalizar”, avalia. Gustavo lembra que é recente – data do final da década de 1980, a partir da regulamentação constitucional –, a migração das creches “do campo da Assistência Social para a Educação”.

Foco nas crianças

A mudança de perspectiva foi destacada também por outra professora da escola, Márcia Teani. Ela explica que, no contexto em que o foco é transferido do direito dos pais (a um lugar para deixar os filhos durante o trabalho) para o direito da criança, “isso se traduziu em uma perspectiva pedagógica que busca propor atividades interessantes para as crianças, que busca uma cultura produzida pela criança”. No caso da EEI, a proposta é levada a sério com dois professores por cada turma, em média com 15 crianças. “Se tivéssemos os concursos para professores, um prédio novo e agilidade para compra dos materiais, a escola seria um Olimpo”, analisa Gustavo.



Pátio não dispõe de banheiro. Crianças precisam subir até o segundo andar da escola

Infraestrutura não ajuda trabalho pedagógico

Gustavo relata que a estrutura não ajuda. A acústica ruim, janelas altas e carência de banheiros correspondem à adaptação de um prédio construído para ser hospital, convertido em creche. O pátio, onde exercita a maior parte de suas atividades (escalada em árvores, labirintos, jogos), por exemplo, não dispõe de um banheiro. “As crianças têm que subir até o segundo andar”, conta.

Outra dificuldade está na carência de materiais. “Procuro resistir às ‘vaquinhas’ para comprar material, porque não acho que deva ser a maneira de uma escola pública de funcionar com professores pagando para trabalhar. Mas alguns fazem”. Segundo Márcia, na escola trabalha-se “com o que tiver no almoxarifado” e ponto.

Concursos são urgentes

Mas a principal preocupação diz respeito aos concursos: “É pesado não ter nenhum EBTT concursado e efetivo”, observa Márcia. A professora destaca que um quadro com 100% de EBTT substitutos bloqueia o pleno desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, “como nas demais unidades”. Por exemplo, citou uma pesquisa da Escola de Educação Física e Desportos: a maioria dos professores que forne-

ceram informações iniciais já terá os seus contratos vencidos até o ano que vem, quando o projeto de extensão da EEFD efetivamente vai começar. Mesmo os estágios da Faculdade de Educação realizados na escola não teriam acompanhamento de um professor “do quadro”. “Essa ponte fica a cargo dos técnico-administrativos, únicos concursados”, frisa.

Além disso, o rodízio de professores, na prática, acaba por prejudicar a proposta da escola: “Todo mundo (professores) tem outro emprego”, conta Márcia. Já o apoio à pesquisa entre os docentes (substitutos) é nulo. Na visão dela, seria necessário estudar uma forma de valorização da titulação também para esses professores: “Se o professor conclui um mestrado durante o tempo que está trabalhando para a escola, isso é simplesmente ignorado. Não há nenhum tipo de incentivo à formação. Falando de uma instituição como a UFRJ, isso é muito complicado”.

Democracia interna

Uma última preocupação se refere à democracia interna. A escola vai instaurar um conselho deliberativo, mas os professores substitutos (50% do quadro docente – os demais 50% são técnicos com formação em pedagogia) não teriam direito a voto.

